

entretextos

entretextos

05 A ESCOLA E OS PROFESSORES NA
IMPrensa DE OPINIÃO NO ESTADO NOVO
EM PORTUGAL (1945-1961)

Ana Sofia António
Fevereiro de 2010

Ana Sofia António

Doutoranda em Educação na ULHT
Investigadora do Ceief (ULHT)

Resumo

A ESCOLA E OS PROFESSORES NA IMPRENSA DE OPINIÃO NO ESTADO NOVO EM PORTUGAL (1945-1961)

Com este exercício escrito, procurou-se perceber se a escola e os professores constituem temas novos nos artigos de opinião e nos editoriais da época actual ou se, pelo contrário, já tinham suscitado interesse da imprensa periódica do Estado Novo, mais precisamente entre 1945 e 1961, em Portugal.

Assim, foi realizado um levantamento de artigos publicados durante o período referido em sete periódicos portugueses: *Comércio do Porto*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *Jornal do Fundão*, *Novidades*, *República* e *O Século*. Posteriormente, e com o objectivo de conhecer a informação escrita nesses textos, seleccionaram-se três dos sete jornais estudados. Verificou-se, deste modo, que a temática da Escola e dos professores já interessava os autores dos artigos de opinião e dos editoriais do Estado Novo.

Palavras-chave: Educação; Escola; Professor; Imprensa periódica

Abstract

School and Teachers at Portugal's Estado Novo's opinion press (1945-1960)

With this written exercise, we pretend to perceive if school and teachers constitute new subjects in opinion articles and editorials at the present time or, on the other hand, they were already regarded by newspapers during *Estado Novo*, more precisely between 1945 and 1961.

Therefore, it was carried a numerical counting of published articles, at the referred period of time, in seven portuguese newspapers: *Comércio do Porto*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*,

Jornal do Fundão, Novidades, República e O Século. With the aim of studying the written information in these texts, we choose three of the seven newspapers studied. Then, we were able to verify that the thematic of School and teachers already interested the authors of the opinion articles and the editorials amid *Estado Novo*.

Key words: Education, School, Teacher, Periodical press

Introdução

O interesse pelas temáticas da Escola, dos professores e da imprensa periódica resulta, em primeiro lugar, de um olhar perante a inquestionável importância que a docência assume na actualidade, onde, aparentemente, se espera a resolução de diferentes problemas sociais no espaço escolar, desde a prevenção rodoviária à educação alimentar, sexual ou ambiental.

Também o clássico estudo desenvolvido, em Portugal, por Braga da Cruz *et al.* (1988, p. 1255), no qual é realçado que “os professores parecem não assumir a conotação social prestigiante que o público lhes atribui”, poderá transmitir uma divergência entre a relevância que os *outros* imputam ao papel dos professores e o reconhecimento que os professores fazem da importância das suas funções. No mesmo trabalho, sobressai ainda que, enquanto os professores se julgam bons profissionais, os *outros* não partilham essa convicção: “opinião pouco favorável da profissão em si, apesar dos professores se acharem bons profissionais, e apesar de terem a profissão como importante para a sociedade” (p. 1254).

A incoerência entre a avaliação das qualidades profissionais e pessoais dos professores e o estatuto socioprofissional que lhes é atribuído pode resultar da discrepância entre aquilo que se espera dos docentes e o que estes podem, ou têm vindo a cumprir. Talvez se possa pensar num desencontro entre a existência das expectativas elevadas, que muitos colocam na Escola, e a degradação da imagem profissional do professor. Por outro lado, denota-se que as questões da Escola e dos professores são discutidas na “praça pública” portuguesa com alguma facilidade. Magalhães e Stoer (2002, p. 7) referem que: “[...] a discussão das opções de política educativa ultrapassaram as fronteiras dos discursos dos especialistas e ocuparam um importante lugar na praça pública.”

Também Sá (2004, p. 325) reforça:

Através de um bem orquestrado processo de «reeducação» da opinião pública, onde os *mass media* vêm desempenhando um papel fundamental, tem-se vindo a processar uma redefinição das estruturas formais, das tarefas, dos objectivos, dos processos de avaliação e de prestação de contas das organizações educativas, ao mesmo tempo que as velhas grelhas de leitura da legitimidade destas organizações surgem como obsoletas.

As convicções e os comentários sobre a Escola e, em particular, sobre os professores – uma vez que atingem o seu *eu* pessoal –, poderão ter implicações no chamado *mal-estar docente*. O conceito de *mal-estar* foi estudado, por exemplo, por Byrne (1999, p. 15) que o utilizou “[...] to describe healthcare workers who are physically and psychologically depleted”.

Contudo, não raras vezes, os meios de comunicação social, especialmente a imprensa escrita, tratam os professores e os problemas da Escola com pouco respeito, além de confundirem o insucesso escolar com a (in)competência dos docentes.

Apesar das críticas ao funcionamento da Escola e ao desempenho dos professores, esta instituição não precisa, ainda, de justificar a sua existência. Importa, deste modo, conhecer que expectativas os “outros” têm da Escola, nomeadamente porque estas opiniões podem ter repercussões na intervenção pedagógica dos professores. Admite-se, então, que a procura, o conhecimento e a leitura crítica de artigos de opinião, permitirão averiguar e perceber qual o valor que a comunidade atribui à Escola e aos professores. Partilha-se, pois, a perspectiva de Adão e Matos (2004, p. 59) quando referem, sobre a imprensa escrita:

Nela se exprime, directa ou indirectamente, a opinião pública (no sentido de opinião publicada). Mas, a imprensa periódica foi igualmente, e até à difusão alargada de outros meios de comunicação de massas (televisão, Internet), o principal instrumento de formação dessa mesma opinião pública.

Por esta razão, havia a pretensão de, a partir de um pequeno exercício de investigação, perceber se o interesse dos autores de artigos de opinião relativamente à temática dos professores é uma novidade da época que atravessamos, ou se esse interesse remonta aos finais da Segunda Grande Guerra.

Reconhece-se que procurar, em vários jornais por um período de tempo nunca inferior a 15 anos, textos em colunas de opinião e em editoriais que abordam a Escola e os professores, no sentido de área temática, resultaria numa tarefa demasiado extensa e complexa. Desse modo, a produção do presente texto só foi possível graças aos dados facultados pela Professora Doutora Áurea Adão, frutos do projecto de investigação - *A Educação na Imprensa Periódica Portuguesa (1945-1974)*¹

1 - Recolha de Artigos

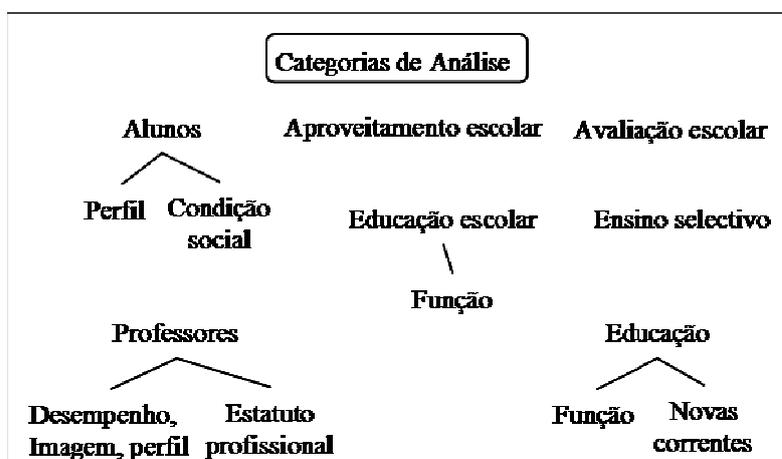
A partir de uma análise quantitativa de oito jornais diferentes – *Comércio do Porto, Diário de Lisboa, Diário da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Fundão, Novidades, República e Século* – procurou-se saber o número anual de artigos de opinião publicado por cada jornal, em sete categorias² distintas (figura 1), entre 1945 e 1961. O período de tempo escolhido justifica-se por compreender o ano de pós-Guerra, do início da construção do muro de Berlim e da delimitação, por parte do Estado Novo, de outros objectivos para a Escola portuguesa. O ano de 1961 ficou igualmente marcado pelo início da Guerra Colonial em Angola e pelo desejo do Governo de

¹ Sobre a importância deste projecto, Adão e Matos (2004) salientam: “justifica-se, pois, inteiramente a vantagem em dispor de um instrumento que facilite a pesquisa, tornando as fontes mais acessíveis numa ordem temática e cronológica” (p. 61).

² As categorias usadas foram as definidas pelo projecto *A Educação na Imprensa Periódica Portuguesa (1945-1974)*.

António de Oliveira Salazar do cumprimento de uma escolaridade obrigatória mais alargada para os dois sexos.

Figura 1 - Categorias e subcategorias de análise.



A tabela 1 mostra o volume de artigos de opinião publicado, por cada um dos jornais atrás referidos. Verifica-se, pela leitura desta tabela, que o número de artigos publicados pelo jornal *Novidades*, órgão oficial do Episcopado português, é muito superior face aos outros sete jornais sobre os quais incidiu este estudo.

Tabela 1 - Número anual de publicações de artigos de opinião por jornal.

Ano	<i>Correio do Porto</i>	<i>Diário de Lisboa</i>	<i>Diário da Manhã</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Jornal do Fundão</i>	<i>Novidades</i>	<i>República</i>	<i>Século</i>
1945	1	1	1	0	0	4	2	0
1946	4	3	4	2	3	15	3	2
1947	2	1	3	3	2	9	4	0
1948	0	1	0	0	0	7	1	0
1949	0	1	0	4	1	10	1	0
1950	2	2	0	1	1	9	2	1
1951	1	5	0	1	0	3	2	0
1952	1	0	0	0	0	4	3	1
1953	0	0	0	0	0	3	0	0
1954	1	0	0	2	0	6	1	1
1955	1	1	0	0	0	4	1	0
1956	2	1	3	0	1	1	1	0
1957	0	0	0	0	0	3	1	0
1958	2	1	0	0	1	5	3	1
1959	1	3	0	2	0	4	4	3
1960	2	1	0	1	1	9	6	1
1961	2	0	0	0	0	11	1	0
Total	22	21	10	17	10	106	36	10

Assim, por ordem decrescente do número de artigos de opinião classificados nas categorias anteriormente referidas, publicados entre os anos também já mencionados, temos: o *Novidades* com 106 artigos; o *República* com 36; o *Correio do Porto* com 22; o *Diário de Lisboa* com 21; o

Diário de Notícias com 17; seguido do *Diário da Manhã*, do *Jornal do Fundão* e do *Século*, todos com 10 artigos publicados. Verifica-se também que o ano de 1946 foi especialmente fértil na publicação de artigos de opinião, 36 para os oito jornais, dentro das categorias consideradas; já em 1953 foram publicados apenas três artigos, todos pelo *Novidades*.

Tem ainda algum interesse perceber quais são as categorias de análise que merecem maior atenção dos autores das colunas de opinião, em termos numéricos. A tabela 2 faz, pois, uma análise mais fina, onde são tidas em conta as categorias referidas na figura 1 por ano de publicação.

Tabela 2 - Número anual de publicações de artigos de opinião por categoria.

	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Alunos	0	0	0	0	2	4	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Aproveitamento Escolar	1	6	5	4	1	1	0	1	0	5	2	2	1	2	1	6	3
Avaliação Escolar	4	7	8	3	6	5	3	3	0	0	1	0	0	2	5	4	3
Educação Escolar	0	5	4	0	0	1	1	0	0	0	0	5	0	2	5	0	0
Educação	5	12	5	2	0	2	4	3	2	2	1	2	1	2	3	6	6
Ensino Selectivo	0	0	0	0	1	1	3	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1
Professor	0	4	2	0	0	2	0	0	1	1	2	0	1	3	0	0	1

Pela leitura da tabela 2, observa-se que a categoria «*educação*» é a mais representada em diferentes anos (1945, 1946, 1951, 1952, 1953, 1960 e 1961); enquanto que a categoria «*ensino selectivo*» é menos evidente. É possível que a temática dos artigos reflectam não só as necessidades dos autores, como também as dos seus leitores.

2 – O *Diário de Lisboa*, o *República* e o *Diário de Notícias*

Naturalmente, não cabe num simples exercício de investigação a recolha de artigos de opinião e editoriais de todos os jornais periódicos publicados em Portugal ao longo de 15 anos. Houve, portanto, a necessidade de seleccionar três jornais que fossem, de alguma forma, representativos dos textos publicados durante essa época. Adão e Matos (2004, p. 62) caracterizam alguns periódicos desse tempo:

Do *Diário da Manhã* (órgão oficial do partido único, a União Nacional/Ação Nacional Popular), aos *Comércio do Funchal*, *Diário de Lisboa*, *O Jornal do Fundão* e *República* (em que se

exprimiram vozes que não se encontravam em sintonia com o regime, passando pelos quotidianos *noticiosos* *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias* e *O Século*, até ao *Novidades*, ligado à Igreja católica, vai uma distância que, todavia, só se torna clara com uma leitura atenta dos textos.

Um dos jornais escolhidos para a recolha de textos de opinião e de editoriais foi o vespertino *Diário de Lisboa*. Este periódico foi fundado a 7 de Abril de 1921, tendo a sua última edição sido publicada a 30 de Novembro de 1990, setenta anos depois. Tengarrinha (2006, p. 211) classifica os leitores deste jornal como cultos e pertencendo certamente à capital do país, Lisboa, além disso, acrescenta ainda:

[...] o que singulariza o *Diário de Lisboa* comparativamente à imprensa do seu tempo e ao mesmo tempo constitui a chave do seu rápido êxito, além da sua qualidade jornalística e independência política, foi o seu ecletismo, o espírito novo, aberto e tolerante que introduziu no jornalismo português, dando espaço livre, em contraste com a imprensa do seu tempo, às mais diversas correntes políticas e estéticas.

Numa perspectiva histórica, Santos (2005, p. 547) afirma que o *Diário de Lisboa* foi adquirido pela família Ruella Ramos na década de 60 e comenta que este vespertino “se tornaria numa importante voz da oposição liberal”. O desenho de Stuart de Carvalhais (figura 2) intitulado *O Melhor Remédio*, parece ir ao acordo desta perspectiva.

Figura 2- Carvalhais, Stuart. *O Melhor Remédio*. Publicado a 26 de Junho de 1923, pelo *Diário de Lisboa*.



O República, também vespertino, foi outro dos periódicos escolhidos. O primeiro jornal com este título saiu em 1848, contudo a sua publicação foi interrompida entre Outubro de 1918 e Março de 1919 (Tengarrinha, 2006). Relativamente a este jornal, Tengarrinha (2006, p. 222) menciona:

Não apresentava então qualquer feição partidária, sendo o seu único programa político procurar defender, em condições adversas, os ideais republicanos e democráticos, ao mesmo tempo que alargava o seu carácter noticioso. Na verdade, a sua orientação

mais consequente encontrava-se na linha do republicanismo histórico liberal, com estreitas ligações à Maçonaria.

Quanto ao *Diário de Notícias*, o último periódico utilizado, o seu primeiro número foi publicado a 1 de Janeiro de 1865. Actualmente, com 141 anos, é o diário mais antigo da Imprensa portuguesa. Tengarrinha (2006) refere que o *Diário de Notícias* trouxe uma grande transformação ao quadro jornalístico da época, uma vez que era um jornal “popular, de preço (10 réis) e estilo ao alcance de todos, essencialmente noticioso e sem filiação partidária.” (p. 214). Santos (2005, p. 546) parece a ter uma opinião coincidente com a de Tengarrinha:

No *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho enceta uma revolução na forma como organiza o jornal, pela definição do preço de capa e com a expansão às províncias. [...] só com o *Diário de Notícias* e depois dele a componente comercial ganha importância e é estruturante em publicações periódicas.

Faz também notar que este periódico era impresso “na mais bem apetrechada tipografia de Lisboa, a Tipografia Universal” (p. 546). Por sua vez, Tengarrinha (2006) chama a atenção para o aparecimento do ardina, subordinado ao *Diário de Notícias*, uma forma de fomentar a venda directa, ao contrário da já existente venda por assinatura. Ainda hoje, a figura do ardina é recordada, nomeadamente por uma estátua em Lisboa.

2.1 - Análise Horizontal

Depois da recolha de todos os artigos publicados, no período de tempo referido, pelo *República*, *Diário de Lisboa* e *Diário de Notícias*, desenhou-se uma tabela única onde fosse possível efectuar uma leitura organizada do conjunto de todos os textos (tabela 3). De acordo com a área temática em estudo, escolheram-se apenas três categorias de análise: *educação*, *educação escolar* e *professor*, com a intenção de melhor delimitar o trabalho e evitar dispersões.

Tabela 3 - Análise horizontal dos textos de colunas de opinião recolhidos. Categorias: Educação, Educação escolar e Professor.

Categoria	Jornal	N.º de Artigos Publicados	Citações Significativas	Autores
Educação	<i>República</i>	5	Tudo isto é imperfeito, [...]. Mas como poderia fazer um povo com 80 por cento de analfabetos, sem preparação	Jorge Ferreira e Silva, Manuel Mendes, João Corrêa Guimarães e Julião Quintinha

			técnica e científica [...]? (Julião Quintinha, 1947-08-19)	
Função	<i>Diário de Lisboa</i>	12	À educação cabe hoje um papel de importância máxima [...] (João de Barros, 1946-01-04)	João de Barros, Rodrigues Lapa, Guedes de Amorim, Dias Ferreira e Fausto Lopo de Carvalho
	<i>Diário de Notícias</i>	8	Diremos, mesmo, que um engenheiro, um médico, um arquitecto, verão aumentadas as possibilidades de se distinguirem nas suas profissões na medida em que tiverem desenvolvido a sua cultura geral (Editorial, 1954-02-06)	Ferreira de Mira
Educação Escolar				
	<i>República</i>	8	Ora é da compreensão geral que o fim da Escola é fazer homens. Cidadãos que, como tais, se saibam afirmar no campo social, político, económico e, enfim, em todo o vasto âmbito da vida. (Editorial, 1957-09-16)	Luiz Cebola, E.J., Flausino Torres, António José Saraiva, Vasco da Gama Fernandes, José Moura Pimenta e Santana Quintinha
Funções	<i>Diário de Lisboa</i>	5	Na verdade, pelo facto do analfabetismo diminuir, o senso crítico parece não ter aumentado.[...] E, enfim, ainda se deve considerar a sua acção como orientadora política das massas. (Fausto Lopo de Carvalho, 1950-07-19)	João de Barros, Ribeiro da Fonseca, Raúl Gomes, Guedes de Amorim, e Fausto Lopo de Carvalho
	<i>Diário de Notícias</i>	3	No consenso de nós todos, a missão das escolas é a preparação para a vida. (Ferreira de Lima, 1947-19-10)	Ferreira de Mira, Álvaro Ribeiro e Camilo Chautemps
Professor				
	<i>República</i>	3	O professor tem de ser o observador profundo da vida da criança em todas as suas actividades até mesmo nos recreios. Deve conhecê-la bem. (Pécaut, 1954-08-03)	Emílio Costa, Pécaut e António José Saraiva
Desempenho, imagem, perfil	<i>Diário de Lisboa</i>			
	<i>Diário de Notícias</i>			

	<i>República</i>	1	A autoridade é o meio de facilitar o caminho da liberdade. A autoridade é, em resumo, o poder executivo da liberdade. (Victor de Sá, 1958-11-30)	Victor de Sá
Estatuto profissional	<i>Diário de Lisboa</i>			
	<i>Diário de Notícias</i>	1	O que é preciso é não confiar em que o mais arguto e de frase mais conceituosa venha a ser o melhor professor. (Ferreira de Mira, 1950-08-04)	Ferreira de Mira

Na tabela de análise horizontal desenhado, a primeira coluna da esquerda refere-se às categorias e às subcategorias de análise, a segunda coluna identifica o jornal onde o texto foi recolhido, a terceira coluna indica o número de artigos publicados por cada jornal na respectiva categoria de análise, a quarta coluna corresponde às citações mais significativas e, por último, a quinta coluna aponta todos os autores com textos publicados na devida categoria. A tabela obtida permite, portanto, uma análise global, possibilitando que os diferentes textos dos três periódicos se combinem e se relacionem entre si.

Na categoria de «Educação», verifica-se uma unanimidade entre os autores dos artigos dos três jornais analisados, uma vez que todos defendem a importância da Educação. Salienta-se que Quintinha tende a mostrar alguma desconsideração pela percentagem de analfabetos em Portugal. Este tabela de análise deixa também perceber, na categoria «Educação Escolar», a concordância que os autores experimentam ao ligarem o valor da educação formal, contemplada pela Escola, à educação não formal, veiculada pela experiência dos alunos em ambientes exteriores. O número de artigos dentro da categoria «Professor» é nitidamente inferior ao número de artigos das duas categorias anteriormente analisadas: «Educação» e «Educação Escolar». No entanto, percebe-se que os autores valorizam a figura do professor, apesar de colocarem algumas expectativas no seu trabalho.

3 – Educação

Rosas e Brito (1996, p. 287) encontram três fases distintas na História da Educação Nacional. A segunda fase, limitada entre 1936 e 1947, é definida “pela tentativa de edificação da escola nacionalista, através de um esforço sistemático de inculcação [...]. O importante não é a transmissão de conhecimentos mas sim a formação das consciências”; a terceira fase, entre 1947 e 1960, “inicia-se com as reformas do ensino liceal e do ensino técnico, que marcam o início de

um processo de acomodação do sistema educativo às realidades sociais e económicas emergentes no pós-guerra” (p. 287).

A Educação Nacional no Estado Novo é caracterizada por Rosas e Brito (1996, p. 286). como tendo um cariz doutrinal, com projecções na família e na comunidade:

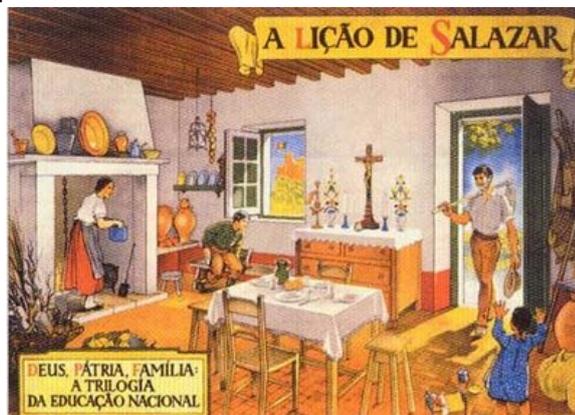
A escola nacionalista integra uma forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral, baseando-se num esforço de produção de consensos sociais fundados em valores que se dizem atemporais e indiscutíveis

Nos manuais escolares, os textos sobre a família assumem, na perspectiva de Bivar (1975, p. 31) uma “reflexão moralizante, de exórdio, da pequena anedota quotidiana e até no simples relato das diferentes actividades domésticas” Podem, pois, ler-se textos onde são incutidos os valores da doutrina cristã católica e onde à mulher são atribuídas as funções de esposa e de mãe:

*Emilita é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe.
- Minha mãe: já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr hoje a mesa para o jantar.
- Está bem, minha filha. Quando fores grande, hás-de ser boa dona de casa.
No berço, aprendi a dizer Mãe. Ao colo de minha Mãe, aprendi a dizer Pai. Depois, Pai e Mãe ensinaram-me a dizer Deus. (In: O Livro da Primeira Classe, 1956, p.55).*

De realçar também a edição, em 1938, de uma série de sete cartazes, conhecida por *A lição de Salazar*, distribuída pelas escolas primárias do País. Num dos cartazes, podia ler-se: “Deus, Pátria, Família: a Trilogia da Educação Nacional” (figura 3), a imagem desse cartaz deixa transparecer os ideais da época, observando-se uma casa humilde, com pouco conforto e sem nenhum meio de comunicação – jornal, rádio, por exemplo.

Figura 3 - A lição de Salazar: “Deus, Pátria, Família”. Disponível em <<http://www.oliveirasalazar.org/educacao.asp>>, acesso a 10 de Janeiro de 2007.



Carvalho (2001, p. 738) faz, por seu turno, alusão às 113 frases³ (tabela 4) “de carácter moral cuja inserção nos livros de leitura adoptados oficialmente passava a ser obrigatória”. O autor

apresenta ainda referência ao decreto de 20 de Dezembro de 1932, este determinou que:

[...] fosse obrigatório, em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário, técnico e artístico, tanto oficial como particular, assim como em todas as bibliotecas públicas, a afixação nas paredes de sala de aula e de leitura, nos corredores e nos pátios, de certos «pensamentos» constantes do referido decreto. (Carvalho, 2001, p. 739)

Tabela 4 - Frases inseridas nos livros de leitura adoptados.

"Obedece e saberás mandar!";

“Na família o chefe é o Pai, na escola o chefe é o Mestre, no Estado o chefe é o Governo”

“Mandar não é escravizar: é dirigir. Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando”

“Não invejes os que te são superiores, porque este têm responsabilidades e deveres que tu ignoras”

“A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios”

"Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida!"

Por outro lado, Carvalho (2001, p. 726) destaca a maneira como o analfabetismo foi encarado no Estado Novo:

A velha questão, mais uma vez equacionada, enquadrar-se-ia agora num ponto de vista eminentemente elitista. Na óptica dos defensores do Estado autoritário mantido por grupos privilegiados, tornava-se legítimo perguntar antes de se admitir qualquer solução para o problema do analfabetismo, se, realmente, interessaria extingui-lo, ou se não seria preferível manter o povo na ignorância pois dela decorrem a sua docilidade, a sua modéstia, a sua paciência, a sua resignação.

Sendo assim, pode-se admitir que o texto de opinião da autoria de Quintinha, identificado na tabela 3, se revestiu de alguma audácia, já que contrariou a perspectiva defendida por Salazar, na questão do analfabetismo.

3.1 - A Educação nos textos de opinião

3.1.1 - República

Num artigo de opinião sobre os exames, o professor José Gonçalo (1947, pp. 1 e 4) não só faz menção ao valor do trabalho e da honestidade, como parece assumir uma posição sexista:

[..] e até por nefasta, à formação moral dos rapazes que não são cegos, para que não vejam as injustiças que se cometem com tal sistema, sendo bem que não se convençam de que o trabalho e a honestidade pouco valem.

³ As frases, em número de 113, são de natureza vária, algumas com assinatura dos seus autores, uns nacionais e outros estrangeiros [...] e diversas outras que são máximas sem autoria, redigidas à medida do espartilho pretendido. (Carvalho, 2001, p. 738)

Num artigo também com essências sexistas Emílio Costa (1952, pp. 1 e 4.) parece citar o valor da autoridade paterna:

Pois seria excelente que os pais e outros educadores fossem elucidados, para saberem que tem mais importância do que parece, que se insista e se use da autoridade paterna, forçando o filho, em circunstâncias especiais a fazer o que muito lhe desagrade [...].

Já Manuel Mendes (1952, pp. 5 e 8.), ao reflectir sobre as personalidades que considera relevantes, reforça a importância de valores como a inocência.

Contentêmo-nos em pensar que todo o segredo das suas grandes vidas esteve em guardarem quente e palpitante a mocidade do espírito, a juventude de coração.

3.1.2 - *Diário de Lisboa*

Lopo de Carvalho (1950, pp 1 e 7) escreve a respeito da ambivalência que considera existir entre a Escola e a Sociedade.

[...] o grande paralelismo que hoje é fácil de observar entre a escola e a vida. [...]
Por um lado a escola exerce a sua acção na sociedade, por outro lado sofre as pressões desta. [...]
E, enfim, ainda se deve considerar a sua acção como orientadora política das massas.

O autor opina que se a Escola pode influenciar a Sociedade também esta última pode influenciar a Escola, admitindo, pelo menos aparentemente, uma dialéctica ainda hoje aceite e debatida. Desta forma, poderemos pensar que, em 1950, se concebia o professor, como agente da Escola, como alguém que poderia contribuir para o *saber viver* em família e em sociedade, tanto na criança e como no jovem. Já Ribeiro da Fonseca (1956, pp 16, 17, 19), dirigindo-se aos jovens, salienta o valor da crença religiosa, reforçando que esta não se encontra em oposição à Ciência:

Ninguém diga esta heresia: “que a Ciência acaba com a Religião”
[...]
O jovem pseudo-cientista, que muito ingenuamente diz que não há Deus [...] precisa de continuar a estudar, isto é, a ver se compreende.

3.1.3 - *Diário de Notícias*

Num artigo de opinião, Ferreira de Lima (1947, pp. 1 e 2) releva a importância dos primeiros anos de escolaridade para a formação dos *cidadãos* (termo utilizado pelo autor). Tendo em conta que os primeiros graus de Ensino são frequentados por todas as crianças, estes dizem, no entender do autor, respeito à educação da população:

Creio não errar afirmando que o ensino geral, o do primeiro grupo, é o de maior importância porque diz respeito a toda a população.

[...] mas, sobretudo é indispensável que hajam bons cidadãos com preparação suficiente para a vida do seu tempo

Álvaro Ribeiro (1959, pp. 1 e 2) reflecte, num artigo de cariz patriótico, sobre a importância da Escola *ensinar* a “ser português”. Este artigo parece reforçar a ideia de que os columnistas da época sentiam a necessidade de chamar a atenção da opinião pública para a necessidade dos conteúdos escolares contemplarem os valores do Estado, ou seja, o apreço pela *Pátria*:

Nacionalizar a escola será efectivamente o modo de evitar os perigos que de vários lados nos ameaçam e de realizar a breve prazo a prosperidade publica na certeza de que não haverá incompatibilidade entre o saber exacto da técnica estrangeira e o esclarecido amor da nossa pátria. Será sempre nocivo o programa de ensino que não incluir os preceitos fundamentos da arte de ser português.

4 - O Professor

Rosas e Brito (1996) defendem que, durante o Estado Novo, foram desvalorizadas as bases técnicas e científicas do professorado e, por conseguinte, elogiada a sua dimensão missionária, esta referência parece estar em consonância com a mensagem trespassada pelo artigo 22.º do decreto n.º 37:028/48 de 25 de Agosto faz referência à necessidade de idoneidade dos professores: “O ensino profissional só pode ser exercido por indivíduos em quem o Estado reconheça, além da natural competência científica e pedagógica, a indispensável idoneidade moral e cívica”. Os professores, à luz das ideologias de então, teriam de ter uma conduta moral e civicamente aceite.

No mesmo sentido, Rosas e Brito (1996, p. 803) salientam:

Por um lado, o Estado exerce um controlo autoritário dos professores, impondo um perfil profissional «baixo» e inviabilizando qualquer veicidade de autonomia profissional; por outro lado, o investimento missionário (e ideológico) leva ao reforço da carga simbólica da acção docente, de forma a salvaguardar a imagem e o prestígio dos professores.

Por outro lado, o seguinte excerto de *O Livro da Primeira Classe*⁴ (1956, p. 75) parece corroborar a opinião destes autores:

Respeitai as autoridades

⁴ Carvalho salienta que: “Para assegurar o êxito da política de ensino que o Estado Novo se propunha executar, tornava-se imprescindível o fabrico de um livro de leitura da escola primária que fosse incentivador da mentalidade nacionalista e cristã para a qual toda a actividade pedagógica era dirigida, e que servisse de robusto alicerce à construção ideológica que sobre ela se faria assentar” (2001, p. 766).

*O pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhe amor, respeito e obediência. O professor é a autoridade na escola. Todos os meninos devem obedecer às suas ordens e estar com atenção às suas lições.
É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades.*

No *Livro da Terceira Classe* (1960, p. 6) pode ler-se um pequeno excerto onde é descrito o aluno ideal, bem como a relação professor/aluno, a qual é, não raras vezes, confundida por alguns com a metáfora do oleiro, onde o professor teria a função de moldar a criança:

Na escola, desde a primeira classe que tem merecido a simpatia da sua professora pela pontualidade com que todos os dias comparece, pela prontidão com que faz os exercícios, pela boa vontade com que escuta os seus conselhos e pelo arranjo e asseio dos livros e dos cadernos. Não é muito inteligente, mas é das que mais sabem. E o seu amor ao estudo tem-lhe conquistado a amizade e o respeito das condiscípulas. Os pais julgam-se felizes por terem uma filha assim.

Como salienta Bivar (1975, p. 85): “o aluno que serve de exemplo é o que *repete*, que deve ter entendido este texto e esta presença mais uma vez submissa da criança na escola”. Também neste sentido, Alves (2006) sugere que “apesar do seu carácter assumidamente elitista, a escola não aparecia comprometida com a produção de injustiças sociais, favorecendo alguns percursos de mobilidade social ascendente, em função do mérito” (p. 25). Nota-se pois alguma coerência entre o ambiente escolar, ilustrado por excertos de textos de leitura do Ensino Primário e por outros documentos da época – cartazes, frases escritas em paredes de escola, decretos-lei, por exemplo - e os textos de opinião lidos.

4.1 - O Professor nos textos de opinião

4.1.1 - República

No editorial de 17 de Julho de 1947 (pp. 1 e 5), a propósito do insucesso dos exames escolares, coloca-se em questão se a razão dessa problemática reside nos próprios alunos. Neste texto, o autor aponta como alternativa à culpa por parte dos alunos, a falta de competência dos professores no acto pedagógico, assim como na execução dos exames de avaliação:

Dos insucessos verificados, se em muitos casos são culpados os alunos por não estudarem, não raro as culpas cabem também aos professores, por não ensinarem, ou não saberem ensinar.
[...] Como, maneira geral, são feitos os exames não levam ao apuramento exacto e certo de saber dos alunos.
[...]organiza pontos que por vezes são autênticas charadas.

Esta envolvimento em torno dos exames escolares não é, pois, uma novidade actual, nem o seria provavelmente na década de 40. Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro havia publicado uma caricatura em A Paródia alusiva à dificuldade dos exames (figura 4). Nóvoa (1993) sobre a mensagem deste desenho esclarece que “no fundo, este apertado mecanismo de selecção era coerente com a função social que estava reservada ao ensino secundário neste período. (p. 28). Contudo Pécant (1954, p. 7.) focaliza o seu interesse na necessidade de vocação para desempenhar a função de professor, além da necessidade de apreço pelas crianças e de vontade de as conhecer.

Abraçar uma profissão não é problema dependente da nossa vontade.

[...] o professor tem de ser o observador profundo da vida da criança em todas as suas actividades até mesmo nos recreios. Deve conhecê-la bem.

[...] neste ambiente de confiança e carinho, a criança será atraída pela escola para onde caminhará alegre e radiante.

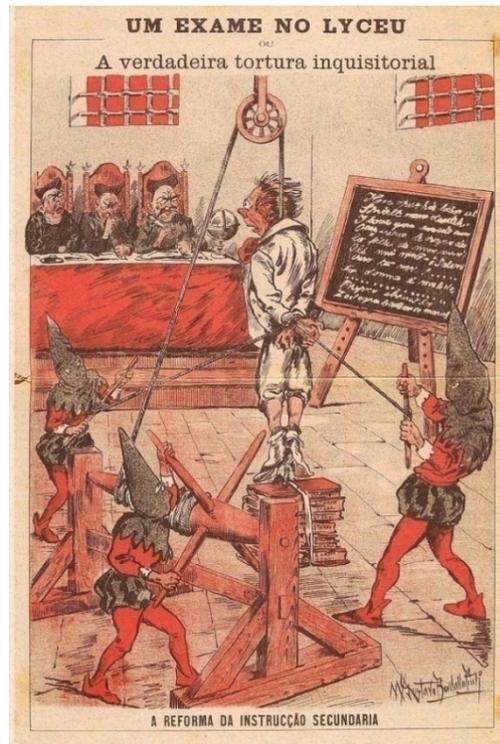
[...] por isto não é quem quer ser professor! [...]

Erraram-lhe a vocação e só a exoneração afastará o perigo.

Este texto parece indicar a indispensabilidade do professor aumentar o seu *profissionalismo*⁵. É um conceito visto por Hargreaves e Goodson (1996), que realça aquilo que os professores efectivamente fazem e não o que os normativos políticos referem. O *profissionalismo* pode, pois, ser entendido como tudo o que respeita às qualidades e às competências do professor.

Figura 4 - Um Exame no Liceu ou a verdadeira tortura inquisitorial. Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro. In: *A Paródia*, Lisboa, n.º 131, 4 de Agosto de 1905, pp.4-5. 27,5 cm x 43cm. Recolhido por Nóvoa, 1993.

⁵ Este conceito foi estudado em maior profundidade em António, Ana. (2004). *O Outro Lado do Espelho: Sentimentos, vivências, imaginários – Professores no lugar do morto*. Porto: Edições Asa.



4.1.2 - *Diário de Notícias*

A propósito do recrutamento de professores universitários, Mira (1950) faz alusão a quatro características essenciais que, a seu ver, os professores deveriam possuir. As características mencionadas prendem-se com as qualidades profissionais dos professores – profissionalização – mas também com as suas aptidões pessoais – profissionalismo –, à semelhança do artigo publicado por Pécant, a 3 de Agosto de 1954 (p. 4), pelo jornal *República*.

Na verdade para que possa merecer-se o título de bom professor é necessário: primeiramente saber com profundidade a matéria que se há-de ensinar. Em segundo lugar: saber expô-la convenientemente. Em terceiro lugar: ter gosto pela profissão de professor. Em quarto lugar: ter gosto pela ciência ou arte de que se é professor.

Conclusão

Considera-se que o objectivo traçado para este exercício de investigação foi alcançado, já que ficou evidenciada a existência de referências à Educação e aos professores nos artigos de opinião em jornais publicados durante o Estado Novo. No entanto, não podemos esquecer que a época escolhida foi também caracterizada pela presença da *censura*, que como Tengarrinha (2006, p. 58) refere:

tinha como singularidade o facto de não se limitar, pela negativa, a pretender evitar a publicação de opiniões e informações consideradas perturbadoras da ordem política e social, mas, além disso, pela positiva, procurar fomentar uma opinião pública favorável.

Apesar de se evidenciar que os comentadores abordavam temáticas actuais como os professores, a função da escola ou o insucesso escolar, no período de tempo entre 1945 e 1961, não fica claro se as críticas feitas à escola de então encontram correspondência com as que hoje lhe são feitas. Por outras palavras, se a forma como a abordagem era feita, no Estado Novo, se assemelha à abordagem que se faz nos jornais da actualidade. Pois, se como defende Ramos do Ó (2007) a mudança da população fez-se mais depressa do que a mudança escolar, então é provável que os comentários feitos pelos autores de textos de opinião sejam diferentes consoante os interesses ou as características da época. Nesta perspectiva parece situar-se Bauman (2003, p. 19) quando defende que a crise, em consequência das especificidades da actualidade, faz-se sentir na educação com contornos diferentes de outras crises anteriores:

The history of education has been full of critical periods in which it became evident that tested and seemingly reliable premises and strategies were losing their grip on reality and called for revision and reform. It seems, though, that the present crisis is unlike the crises of the past.

Todavia Nóvoa (2006) reforça que a defesa pela escola do passado sempre povoou os debates educativos, em Portugal, ao referir que estes se pautam pela existência de dois tipos de amnésia – a amnésia do excesso e a amnésia da ausência. Ora, a primeira, a do excesso, mostra como pode existir um elo comum entre os debates educativos ao longo do tempo: “Glorifica-se a imagem idealizada de uma escola que nunca existiu, a não ser na recordação melancólica de um «passado imaginário», apagando tudo o que poderia perturbar a harmonia do retrato” (p. 140).

Por outro lado, ao partirmos da premissa que os *Media* e, em particular, a Imprensa constituíam uma forma de poder, podemos dizer que os textos de opinião escritos e os editoriais publicados entre 1945 e 1961 tinham, apesar do já referido «lápiz azul» da censura, provavelmente um certo interesse para a época: darem a conhecer um outro lado da Escola, um lado que reflecte as expectativas que os *outros* tinham das suas funções e da avaliação que faziam dos professores. Esta ideia é comprovada na citação de um artigo de opinião de João de Barros, publicado pelo *Diário de Lisboa* a 9 de Outubro de 1945 (p. 1): “um assunto que na hora actual, se reveste de extraordinária importância, - a escola e a educação.”. O mesmo colunista acrescenta, no mesmo artigo: “dizia Pinheiro Chagas⁶ que os jornalistas do seu tempo quando queriam divulgar e

⁶ Pinheiro Chagas (1842- 1895). Escritor, jornalista e político português, exerceu as funções de deputado e par do Reino, tendo sido também Ministro da Marinha e Ultramar.

discretar inofensivamente sobre problemas vastos abordavam desembaraçadamente a formação educativa da juventude” (p. 1).

Seria igualmente proveitoso estudar os dados numéricos obtidos na pequena análise quantitativa realizada, bem como os artigos recolhidos sobre os acontecimentos históricos da esfera escolar. Com este cruzamento de informações, poder-se-ia perceber a existência, ou não, de encontros entre as situações que pautavam os acontecimentos relacionados com a Educação e os professores com as temáticas escolhidas pelos colunistas.

Todavia, podemos ter sempre presente o entendimento de Nóvoa (1993, p. 9): “não é o ontem que organiza o hoje. Por isso não importa fixar os olhos no passado, mas sim no futuro presente. Mas é preciso que os olhares não esqueçam...”.

Bibliografia

- Adão, Áurea; Matos, Sérgio Campos. (2004). A imprensa periódica: memória da educação. In: Teodoro, António (Org.) *Histórias (Re)Construídas* (p. 59-77). São Paulo: Cortez Editora.
- Alves, Natália (2006). *Socialização Escolar e Profissional dos Jovens: Projectos, estratégias e representações*. Lisboa: Educa, Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Bauman, Zygmunt (2003). Educational Challenges of the Liquid-Modern Era. *Diogenes* 50(1): 15–26.
- Bivar, Maria de Fátima. (1975). *Ensino Primário e Ideologia*. Lisboa: Seara Nova.
- Byrne, Barbara. (1999). The Nomological Network of Teacher Burnout: A Literature Review and Empirically Validated Model. In Roland Vandenberghe; A. Michael Huberman (Org.). *Understanding and Preventing Teacher Burnout* (pp. 15-37). Cambridge: University Press.
- Carvalho, Rómulo. (2001). *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar - Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, M. Braga *et al.* (1998). A Situação do Professor em Portugal. *Análise Social*, 103 - 104, pp. 7-22.
- Hargreaves, Andy; Goodson, Ivor. (1996). Teachers' Professional Lives: Aspirations and actualities. In Ivor F. Goodson & Andy Hargreaves (Org.). *Teachers' Professional Lives* (pp. 1-27). Great Britain: Falmer Press.
- Magalhães, António; Stoer, Stephen. (2002). A Nova Classe Média e a Reconfiguração do Mandato Endereçado ao Sistema Educativo. *Educação Sociedade & Culturas*, Porto: Edições Afrontamento n.º 18, 25 – 40.
- Ministério da Educação Nacional.(1956). *O Livro de Leitura da Primeira Classe*, Lisboa: Editora Papelaria e Livraria Fernandes.

- Ministério da Educação Nacional. (1958). *O Livro de Leitura da Terceira Classe*, Lisboa: Editora Sá da Costa.
- Nóvoa, António (1993). *Os Professores e as Reformas de Ensino - na viragem do século (1886-1906)*. Porto: Edições Asa, 1993.
- Nóvoa, António (2006). Recensão da obra “O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do séc. XIX — meados do séc. XX)”, de Jorge Ramos do Ó [2003]. Lisboa: Educa. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 1, 139-142.
- Portugal. (1948). *Decreto n. 37:028, de 25 de Agosto de 1948*. Regulamenta o art. 22. Diário da República Portuguesa.
- Ramos do Ó, Jorge; Costa, Marisa. (2007). Desafios à Escola Contemporânea: um diálogo. *Educação & Realidade*, 32(2), 109-116.
- Rosas, Fernando; Brito, Brandão de. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Sá Virgínio. (2004). *A Participação dos Pais na Escola Pública Portuguesa: Uma abordagem sociológica e organizacional*. Braga: Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho.
- Santos, José António dos. (2005). Imprensa em Portugal. In: Fernando Cristóvão (Org.). *Dicionário Temático da Lusofonia* (pp. 543-550). Lisboa: Texto Editores.
- Tengarrinha, José. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra,

Artigos de jornais referidos

- Carvalho, Lopo. A Escola e a Vida. *Diário de Lisboa*, 19 jul. 1950; 1 e 7.
- Costa, Emílio. Pequenos aborrecimentos. *República*, Lisboa, 12 mar. 1952; 1 e 4.
- Editorial. De quem é a culpa? Dos professores ou dos alunos? *República*, Lisboa, 17 jul. 1947; 1 e 5.
- Fonseca, Ribeiro da. Questões de Ensino: A Ciência e a Religião. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 21 dez. 1956; 16, 17 e 19.
- Gonçalo, José. Exames. *República*, Lisboa, 19 ago. 1947; 1 e 4.
- Lima, Ferreira. As Escolas e a Vida. *Diário de Notícias*, Lisboa, 10 out. de 1947; 1 e 2.
- Mendes, Manuel. Reflexão. *República*, Lisboa, 4 out. 1952, 5 e 8.
- Pécant. Recrutamento de professores. *República, Lisboa*, 8 abr. 1950; 4.
- Pécant. Nótulas pedagógicas. *República, Lisboa*, 3 ago. 1954; 7.

Ribeiro, Álvaro. A Criança, a Família e a Escola. *Diário de Notícias*, Lisboa, 30 jul. 1959; 1 e 2.